

## O TRATAMENTO DOS INVESTIMENTOS EM ATIVO IMOBILIZADO DAS EMPRESAS AÉREAS PARA ATENDER AS ORIENTAÇÕES DO CPC 27

SILVA, Cinthia Camposano da.<sup>1</sup>  
GIARDIN, Thalita Michele.<sup>2</sup>  
KOUNROUZAN, Márcia Covaciuc.<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente estudo apresenta o processo inicial de harmonização contábil, para a criação de normas que orientam os usuários a partir dos pronunciamentos emitidos pelo IASB para o processo de harmonização das práticas contábeis. Esse processo visa a padronização das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) a nível mundial, para um melhor entendimento e credibilidade das informações prestadas pela Contabilidade nas publicações das demonstrações financeiras. Após a adoção das IFRS, o Brasil passou a emitir os pronunciamentos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, facilitando a interpretação dos pronunciamentos internacionais. O CPC emite os Pronunciamentos técnicos contábeis, com destaque ao CPC 27 que traz as orientações para o tratamento do Ativo Imobilizado. A pesquisa apresenta o tratamento dos investimentos em ativo imobilizado das Companhias aéreas, para atender as orientações do CPC 27, mostrando seus critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação desses ativos. Este estudo é documental, bibliográfico e com caráter exploratório, pois é embasado nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras publicadas pelas Companhias. Para os autores é de grande importância essa nova caracterização do ativo imobilizado a luz das IFRS e do CPC 27, pois se torna um padrão mundial, que facilita a interpretação das demonstrações financeiras pelos usuários. Observa-se que as três empresas estudadas estão em conformidade com as IFRS e com o CPC para a apresentação das demonstrações das controladas e consolidadas. A aplicação nas companhias conforme determina o CPC 27 trouxe benefícios para o crescimento das empresas aéreas, como o teste de recuperabilidade (*impairment*), e o esclarecimento de reconhecimento e mensuração dos ativos, já que o ativo imobilizado compõe grande parte do ativo da empresa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 27, Ativo Imobilizado, Companhia aérea.

### TREATMENT OF INVESTMENTS IN FIXED ASSETS OF AIRLINES TO MEET THE GUIDELINES OF CPC 27

### ABSTRACT

This study presents the initial process of accounting harmonization, the creation of rules that guide users from the pronouncements issued by the IASB for the process of harmonization of accounting practices. This process is aimed at standardization of International Financial Reporting Standards (IFRS) worldwide for better understanding and credibility of information from the Accounting in the published financial statements. After the adoption of IFRS, Brazil began to issue pronouncements by the Accounting Pronouncements Committee - CPC, facilitating the interpretation of international pronouncements. The CPC issues the technical accounting pronouncements, especially the CPC 27 which brings the guidelines for the treatment of fixed assets. The research presents the treatment of investments in fixed assets of Airlines to meet the guidelines of CPC 27, showing their recognition criteria, measurement and disclosure of these assets. This study is documentary, bibliographic and exploratory as it is grounded in the notes to financial statements published by the Airlines. For the authors is of great importance this new characterization of fixed assets in light of IFRS and CPC 27, it becomes a worldwide standard, which facilitates the interpretation of the financial statements by users. It is observed that the three Airlines studied are in accordance with IFRS and the CPC for submission of statements of subsidiaries and consolidated. The application in companies as determined by CPC 27 was beneficial to the growth of airlines such as impairment test, and the clarification of recognition and measurement of assets, since the fixed assets consists largely of company assets.

**KEYWORDS:** Accounting Pronouncements Committee - CPC 27, Fixed Assets, Airline.

## 1. INTRODUÇÃO

Profundas transformações econômicas e sociais ocorreram a partir da década de 70 com a globalização, ocasionando uma maior interação mundial. Com essas relações exigiu-se também que a contabilidade acompanhasse esse processo, unificando os mercados internacionais. Para isso, fizeram-se necessárias informações padronizadas, pois assim os usuários teriam uma melhor compreensão dos demonstrativos financeiros realizados a partir do fornecimento de dados, facilitando a sua comparabilidade e interpretação (SANTORO, 2014).

O grande marco da padronização no Brasil com as normas internacionais ocorreu em 2005, com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a partir da resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.055/05, sendo o representante brasileiro das normas internacionais, feito para transcrevê-las e atualizá-las, tornando de fácil entendimento. O CPC tem como objetivo:

O estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (CPC, 2005).

<sup>1</sup> Acadêmica Curso Ciências Contábeis – Faculdade Assis Gurgacz. E-mail: cinthiacamposano13@gmail.com

<sup>2</sup> Acadêmica Curso Ciências Contábeis – Faculdade Assis Gurgacz. E-mail: thaligiardin@hotmail.com

<sup>3</sup> Docente orientador – Faculdade Assis Gurgacz Curso de Ciências Contábeis. E-mail: marciack@fag.edu.br

Em 2007 foi sancionada a Lei 11.638 que alterou a Lei 6.404/76 Lei das Sociedades por Ações, com o objetivo de efetivar o processo de internacionalização das normas contábeis brasileiras (SANTORO, 2014). Apesar de significativas as mudanças ocorridas pela Lei 11.638/07, por ter ficado muitos anos em discussão suas alterações deixaram algumas brechas, que foram corrigidas com a Lei 11.941/09, tornando-as convergentes com as normas internacionais (SOUZA, 2014).

Dentre as muitas alterações que ocorreram na contabilidade, destaca-se a norma contábil que regulamenta a aplicação dos investimentos em Ativo Imobilizado. Para Pereira e Araújo (2006, p. 1), “o controle do ativo imobilizado é de suma importância, pois exerce influência direta na formação da estrutura de uma organização”.

O trabalho trata dos Ativos Imobilizados a luz das determinações especificadas no CPC 27 das empresas do segmento de transporte aéreo, possibilitando um entendimento mais apropriado das determinações legais. O Ativo Imobilizado das empresas aéreas é um item de bastante relevância na estrutura patrimonial, justificando a escolha do tema como estudo.

Para melhor entender as mudanças ocorridas com a regulamentação do CPC 27, pergunta-se:

Qual o tratamento dos investimentos em ativo imobilizado das empresas aéreas para atender as orientações do CPC 27?

Sendo assim, o objetivo geral é apresentar o tratamento dos investimentos em ativo imobilizado das empresas aéreas para atender as orientações do CPC 27. Descrevendo os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação do ativo imobilizado de acordo com o CPC 27; identificando as principais alterações realizadas após a implantação do CPC 27; e verificando a correta aplicação do novo tratamento do ativo imobilizado nas empresas aéreas.

Justifica-se o tema escolhido pela sua importância e influência na atividade econômica deste segmento. A necessidade de adequar-se às novas exigências de acordo com as normas internacionais promove a progressão do mercado internacional. Com isso, vale ressaltar que não só as empresas devem conhecer as normas contábeis, mas também seus usuários externos e internos, para que dessa forma, seja possível a sua aplicação, e melhor interpretação das demonstrações contábeis.

Por se tratar de um assunto novo, muitas pessoas e empresas não detêm o conhecimento necessário para aplicar as adequações nos ativos imobilizados (THOMSON, 2005). Assim, o estudo torna-se relevante reforçando a forma de contabilização do ativo imobilizado, para atendimento das novas normas brasileiras de contabilidade após sua internacionalização, especificando sua classificação e mensuração.

O CPC 27 - ativo imobilizado refere-se ao tratamento do ativo de uma forma geral, e o trabalho focará nas especificações nas companhias aéreas. A sua aplicação ajuda na diminuição dos custos, e facilitação em controle dos gastos (SANTORO, 2014). Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 27 esse estudo é importante para mostrar como é realizado agora o “reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos”.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

O Pronunciamento Técnico CPC 27, orienta ao novo formato de contabilidade de acordo com as IFRS, adequando desde seu reconhecimento até a sua baixa (RANGEL *et al*, 2007).

Para Dornelles (2011, p.7), “os ativos imobilizados de uma empresa são caracterizados pela possibilidade de gerarem benefícios futuros à organização”.

Assim, para melhor contextualização sobre as mudanças dos ativos imobilizados a partir do CPC 27, serão abordadas as formas de reconhecimento, mensuração, e divulgação dos ativos imobilizados nas demonstrações financeiras das Companhias Aéreas.

### 2.1 HARMONIZAÇÃO CONTÁBIL

A ciência contábil enfrenta o grande desafio da convergência às normas. A contabilidade está se transformando e adquirindo grande capacidade de interpretar os fenômenos econômicos em relações mundiais, por estar em processo de uma contabilidade homogênea. Os profissionais contábeis almejam essa harmonização para obter um grau satisfatório de confiabilidade com os usuários externos, obtendo maior transparência e segurança em suas demonstrações (SEGeT, 2008).

#### 2.1.1 Harmonização A Nível Internacional

O processo de harmonização da contabilidade iniciou na década de 70, com a criação do *International Accounting Standards Committee* (IASC), a partir de uma união de organizações responsáveis pela contabilidade de diversos países. Sendo eles: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, França, Irlanda, Japão, México,

Países baixos e Reino Unido. O intuito da criação desta entidade era formular normas contábeis que fossem aceitas mundialmente, emitindo pronunciamentos que primeiramente foram denominados como *International Accounting Standard* (IAS) (DELLEGRAVE, 2009).

Em 2001 foi criado o *International Accounting Standards Board* (IASB) na estrutura do IASC, assumindo suas responsabilidades técnicas. A criação do IASB teve objetivo de “desenvolver, com base em princípios claramente articulados, um conjunto único de pronunciamentos contábeis de alta qualidade, compreensíveis, exequíveis e aceitáveis globalmente” (DELLEGRAVE, 2009). Assim contribuiu para a melhora da estrutura técnica de criação e regularização dos novos pronunciamentos contábeis internacionais a serem emitidas pelo IASB com o novo nome de *International Financial Reporting Standard* (IFRS) (Fundação IFRS, 2014).

Desde 2005 grande número de empresas Européias utilizam-se das IFRS, seguindo um único modelo das normas, facilitando o entendimento das Demonstrações Contábeis tanto para os usuários externos quanto para os internos. Essas normas são discutidas por um amplo grupo de campo mundial, para que seja elaborado em conjunto, reduzindo o risco de uma discussão territorial (SEGeT, 2008).

A adoção de tais práticas justifica-se por ser uma linguagem única para medir e relatar o desempenho das empresas, pois mensurações realizadas com normas não harmônicas provocam insegurança no mercado (SOUZA; COUTINHO FILHO, 2008).

### 2.1.2 Internacionalização Das Normas No Brasil

O marco de início para regulamentar a harmonização das normas contábeis aos padrões internacionais, foi a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC pelo Conselho Federal de Contabilidade em conjunto com os órgãos reguladores. O CPC é uma entidade autônoma criada pela Resolução CFC nº 1.055/05, com objetivo de estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre Procedimentos de Contabilidade (CPC, 2005).

Depois do Projeto de Lei n.º 3.741/00 tramitar por sete anos no Congresso Nacional, aprovou-se e publicou-se a Lei 11.638/07 passando a vigorar no início de 2008, a revisão e alteração da Lei 6.404/76, ela trouxe consigo mudanças importantes na contabilidade brasileira, principalmente no sentido de demonstrar princípios contábeis até então aceitos e a segregação da contabilidade societária e da contabilidade tributária. Mesmo que essa Lei não tenha sido adotada imediatamente como norma pelas IFRS, sem dúvida foi um grande passo para a convergência e harmonização das Demonstrações Contábeis no Brasil, com os padrões internacionais (CICC, 2013). Após a adoção das demonstrações padronizadas, exigiu-se também no Brasil a publicação de toda e qualquer informação divulgada pela entidade no exterior (SILVA; MADEIRA; ASSIS, 2004).

A adoção das normas e padrões das IFRS no Brasil entrou em vigor em 2008. Mas apenas em 2010 tornou-se obrigatória para as instituições financeiras e empresas de capital aberto, já a partir de 2011 o CPC definiu a adoção das IFRS para todas as empresas, inclusive micro e pequenas (MPes), incluindo empresas optantes pelo Simples Nacional (SILVA, 2012).

## 2.2 IMPORTÂNCIA DA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS

A Contabilidade é reflexo do ambiente em que está inserida sofrendo influências dos valores culturais, tradição histórica, estrutura política, econômica e social, que acabam sendo refletidas na divulgação das informações contábeis, e está diretamente relacionadas ao nível de desenvolvimento econômico de cada país. É também chamada de a linguagem dos negócios, e é ferramenta utilizada pelos usuários, na busca de conhecer o desempenho e potencialidade de uma entidade (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005).

Para Silva (2011, p. 27), “no atual cenário de globalização dos mercados, a contabilidade passa a ser um instrumento de processo decisório em nível internacional.” Devendo assim ter uma linguagem homogênea em termos internacionais (SILVA, 2011).

“O processo de harmonização contábil internacional busca critérios uniformes visando proporcionar maior transparência aos usuários internacionais” (SILVA, 2011, p. 27).

A contabilidade teve foco no processo de harmonização contábil a busca de uma linguagem que pudesse ser compreendida em todos os países, estabelecendo um padrão de comunicação nas informações geradas nas demonstrações contábeis (SILVA; MADEIRA; ASSIS, 2004).

Esse processo trouxe a possibilidade das empresas diminuírem seus custos, crescerem internacionalmente em vista de maiores investimentos, facilitar a comunicação mundial, e proporcionar a credibilidade empresarial diante o mercado, reduzindo o risco de uma crise. Com a adequação às normas internacionais, as empresas esperam maior transparência de informações, qualidade, tempestividade, confiabilidade, e melhor alocação de seu capital (ZENDERSKY, 2009). Oferece também maior precisão na análise das demonstrações das instituições nacionais com suas matrizes no exterior (SILVA; MADEIRA; ASSIS, 2004).

### 2.3 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado para liderar o processo da harmonização contábil, que até o momento era difuso. Dessa maneira era difícil aplicar as mudanças internacionais necessárias para a convergência no Brasil. Assim, em 2005 cria-se o CPC pela Resolução CFC nº 1.055/05, para gerir o processo de conciliação mundial (SANTORO; AMORIM, 2014).

O processo de harmonização da contabilidade brasileira com o padrão internacional, teve a participação importante do CPC, que surgiu para emitir e divulgar os pronunciamentos contábeis. O CPC centralizou as informações contábeis, tornando-se um referencial para o profissional contábil e demais órgãos ligados a economia (DORNELLES, 2011).

As necessidades da criação do CPC foram de que houvesse uma convergência internacional das normas contábeis, visando a redução dos custos e de riscos, uma centralização dos emitentes das normas no Brasil, e melhor representação no processo democrático da produção das informações contábeis (CPC, 2005).

O CPC é composto pelas entidades: ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas); APIMEC NACIONAL (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais); BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo); CFC (Conselho Federal de Contabilidade); FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras); IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil). (CPC, 2005)

Os CPCs emitidos com base nos pronunciamentos do IRFS possibilitam que as informações geradas pela contabilidade e divulgadas através das publicações das Demonstrações Contábeis atendam com mais clareza as necessidades dos usuários externos (CPC, 2005).

O CPC 27 foi elaborado para tratar do Ativo Imobilizado, esse Pronunciamento tem por objetivo estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários possam tomar suas decisões de investimentos avaliando as demonstrações contábeis e entendendo a posição da entidade de seus ativos imobilizados, bem como suas mutações (CPC 27, 2010).

O CPC 27 é correspondente ao IAS 16 – *Property, Plant and Equipment*, que orienta a contabilidade dos Ativos Imobilizados mundialmente. Este descreve como será demonstrado o bem pelo seu valor de aquisição sem acréscimo de encargos financeiros, juntamente com a mensuração dos seus custos. Na sua contabilização deve ser realizado um teste de recuperabilidade (*impairment*) dos valores registrados ao final de cada período para que seja sempre o valor mais próximo do real (valor de venda em mercado), essa diferença de valores deve ser contabilizada no Balanço Patrimonial (CPC 27, 2010).

De acordo com o CPC 27 (2010), “os ativos imobilizados são itens tangíveis utilizáveis por mais do que um ano e que sejam detidos para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel ou para fins administrativos”.

O objetivo do CPC 27 consiste em:

estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos (CPC 27, 2010, p.2).

### 2.4 ATIVO IMOBILIZADO

Com a publicação da lei 11.638/2007 o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou diversas normas técnicas. Com relação às demonstrações contábeis, manteve-se a obrigatoriedade de publicar o Balanço Patrimonial, devendo este, demonstrar no fim do exercício social a posição financeira e patrimonial da entidade (CRC-PR, 2013).

O Balanço Patrimonial é formado pelo Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Segundo o pronunciamento técnico 00 do CPC, o Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade, com a expectativa de geração de caixa para a empresa (Conselho Regional de Contabilidade – PR, 2013).

O Passivo abrange as origens de recursos advindos das obrigações com terceiros, cuja liquidação depende da saída de recursos econômicos. O Patrimônio Líquido compreende os recursos próprios da entidade, e seu valor é o valor do ativo deduzido de todos seus passivos (ZANLUCA, 2011).

O Ativo é dividido em dois grupos, sendo o Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, no primeiro estão as aplicações que serão realizadas em curto prazo (ocorridas no exercício) e no outro as aplicações de caráter à longo prazo (serão liquidadas após o término do exercício financeiro seguinte) (ZANLUCA, 2011).

O Ativo Imobilizado faz parte dos subitens do Ativo Não Circulante, que são considerados um benefício futuro para a empresa, que não é destinado à venda (ALMEIDA, 2010). Sua contabilização influencia nas tomadas de decisões

da empresa, por isso é importante mostrar claramente qual o valor real do bem especificado no Ativo Imobilizado, respaldando a tomada de decisão (SANTORO, 2014).

Para Almeida (2010, p. 259), o ativo imobilizado na entidade deve ser percebido sob enfoque de “os bens do ativo imobilizado representam normalmente uma parcela significativa dos ativos de uma empresa, principalmente no caso da indústria. Esses bens tem uma permanência prolongada na companhia, não são destinados à venda e são utilizados na manutenção das suas atividades”.

#### 2.4.1 Reconhecimento como Ativo Imobilizado

Todo ativo deve ser reconhecido no balanço pelo seu valor recuperável (UNIFENACON, 2011). Só será reconhecido se, e apenas se obtiverem os seguintes fatores:

- “a) for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade;
- b) o custo do item pode ser mensurado de maneira confiável” (UNIFENACON, 2011).

Esses fatores funcionam como pilares, sustentando as tomadas de decisões da empresa no ato do reconhecimento de um ativo imobilizado. O reconhecimento de um item como Ativo Imobilizado, inicia-se com a apuração do custo consumido para a sua aquisição (CARVALHO; LEMES; COSTA, 2009).

Também são alocados no ativo imobilizado, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno quando a entidade espera usá-los por mais de um período ou que sejam utilizados somente agregados a algum bem já existente do ativo imobilizado (CPC 27, 2010).

Todos os gastos com transporte, e com alocação do item do ativo imobilizado em funcionamento na empresa devem ser considerado como um custo de aquisição. Já os gastos com reparos, consertos e reformas do bem devem ser acrescentados ao ativo imobilizado quando significarem um aumento na sua eficiência ou produtividade, ou ainda um aumento da sua vida útil (SANTANA, 2011).

Um bem para ser classificado como ativo imobilizado, deverá ser considerado um bem corpóreo (ANDREATA, 2013). Porém, não há uma medida para ser classificado ou não como um ativo imobilizado, devendo ser analisado cada bem pela sua importância na entidade. Pode ser apropriado a junção de itens individualmente insignificantes e aplicar os critérios ao valor do conjunto (CPC 27, 2010).

#### 2.4.2 Mensuração do Ativo Imobilizado

Mensuração pode ser considerada uma aproximação dos valores contábeis de propriedades, de bens e eventos como, por exemplo, compra, venda, depreciação, amortização, perdas e ganhos. Sendo um conjunto de procedimentos que agrega números a itens e eventos do patrimônio, com intuito de fornecer informações confiáveis, válidas e apropriadas economicamente para as tomadas de decisões (CPC 27, 2010).

Após o reconhecimento inicial, o bem do ativo imobilizado deve ser mensurado de duas maneiras, pelo método de custo ou de reavaliação. Após a escolha de um desses métodos, a entidade deverá adotá-lo permanentemente conforme a classe em que está o ativo, definido pela sua política contábil (TESOURO NACIONAL, 2011).

Segundo o CPC 27 no método de custo, todo ativo deve ser apresentado pelo seu valor de custo deduzido os valores de depreciação e perdas por valor recuperável acumulado. O custo de um ativo, de acordo com o item 16 do CPC 27 compreende:

- (a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;
- (b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração;
- (c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que uma entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de estoques durante esse período (CPC 27, 2010, p.5-6).

Os custos de ativos imobilizados são avaliados no momento em que eles são incorridos, sendo para adquirir ou construir um item, e posteriormente também se pode avaliar o custo pela sua substituição de partes, manutenção ou renovação do ativo imobilizado (CPC 27, 2010).

Nos custos subsequentes, a manutenção periódica não é reconhecida no valor contábil do ativo imobilizado, sendo estes geralmente custos com mão de obra e produtos consumíveis. Estes gastos normalmente são reconhecidos como reparo e manutenção do item do ativo imobilizado (CPC 27, 2010).

Já no método de reavaliação, se permitido por lei, pode-se adotar a frequência das reavaliações conforme a mudança do valor justo do ativo, podendo ser anualmente ou quando houver mudanças significativas do seu valor. Esse ativo pode ser reavaliado a cada três ou cinco anos (SANTORO; AMORIM, 2014).

O método de reavaliação é passível de duas possibilidades de mensuração dependendo do resultado obtido do ativo. No qual, se o valor contábil do ativo aumentar, esse aumento deverá ser creditado do patrimônio líquido da entidade, dessa forma se o valor do ativo diminuir, essa diferença será reconhecida no resultado do exercício social. Contudo, se houver saldo de reserva de reavaliação, essa diminuição deve ser debitada do patrimônio líquido em contrapartida com a conta específica de reserva, até o seu limite (CPC 27, 2010).

Quando um bem pode ser mensurado confiavelmente a valor justo, apresenta-se o valor reavaliado, correspondendo ao valor justo na data de reavaliação menos a depreciação e qualquer redução ao valor recuperável acumulada subsequente. Para assegurar que o valor contábil do ativo não seja divergente materialmente do valor justo determinado na demonstração contábil a reavaliação deve ser regular (TESOURO NACIONAL, 2011).

O método de mensuração utilizado hoje nos ativos imobilizados já era aplicado anteriormente aos itens do Balanço Patrimonial, de modo a identificar valores que fossem passíveis de reavaliações, sem que esses causassem de alguma forma, uma perda nos valores econômicos dos bens (CPC 27, 2010).

Alguns ativos imobilizados necessitam de substituição de peças em intervalos regulares, sendo processadas diversas substituições até o fim de sua vida útil, como as peças internas da aeronave, como bancos e equipamentos internos. O custo da peça reposta é reconhecido como no valor contábil do item do ativo imobilizado, devendo ser baixado o custo do bem remanescente (CPC 27, 2010).

Uma das condições para itens do ativo imobilizado continuar suas atividades pode ser a sua inspeção regular, independentemente de ser substituído ou não. Quando essas inspeções forem realizadas, seu custo deve ser reconhecido no valor contábil como uma substituição (CPC 27, 2010).

Na depreciação os itens significativos do ativo imobilizado devem ter seu valor depreciado separadamente. A entidade deve alocar os valores significantes para cada item. Por exemplo, é adequado que em uma aeronave seja depreciado a estrutura e os motores separados. Podem também ser separados conforme o arrendamento do bem, devendo seguir o que estiver estabelecido em contrato, seja ele favorável ou não as condições de mercado (CPC 27, 2010).

A edição da Lei 11.638/07 e Resolução do CFC 1.159/2009 traz que, os objetos de contrato de arrendamento mercantil (*leasing*), devem ser registrados no ativo imobilizado (Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC Nº 1.159, 2009). O *leasing* se enquadra como um ativo, pois seu serviço gera um benefício futuro para a empresa, em virtude de uma transação passada (BARBOSA *et al*, 2011). Nessas operações de arrendamento mercantil, a essência deve prevalecer sobre a forma. Dessa maneira, os contratos de *leasing* devem ser tratados como financiamento de ativos, no imobilizado na entidade arrendatária, independente da propriedade jurídica do bem, e também do passivo respectivo. Na entidade arrendadora o objeto do contrato de arrendamento mercantil, receberá tratamento de um bem vendido em financiamento, com o registro contábil do recebível correspondente (Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC Nº 1.159, 2009).

O *leasing* permite uma melhoria de índices de performance, sendo uma das alternativas mais onerosas de investimentos em bens de capital da empresa (Associação Brasileira das Empresas de Leasing - ABEL, 2006).

Comparando-se o reconhecimento e a mensuração dos ativos com as antigas normas brasileiras, não se obtêm uma diferença significativa, pois eles continuam sendo reconhecidos pelo valor de custo e depreciados pelo seu tempo de vida útil. Entretanto, exige-se um maior detalhamento comparando com o que estava sendo realizado no Brasil, incluindo a revisão anual da vida útil dos bens e a depreciação por componente. Há a necessidade de um nível maior para a divulgação das informações, para poder permitir a avaliação adequada dos ativos imobilizados pelos usuários, igualmente avaliando suas mutações ao longo do período (FIPECAF, 2011).

### 3. METODOLOGIA

Este estudo visa a nova forma de contabilização de ativo imobilizado, baseado na Lei 6.404/76 revisada pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, e o Pronunciamento Técnico CPC 27, analisando a sua mudança no tratamento dos custos, mensuração, reconhecimento dos ativos imobilizados e sua aplicação nas companhias aéreas. Desta forma, para que os objetivos possam ser alcançados, utilizou-se da metodologia de uma pesquisa bibliográfica, documental, com caráter exploratório e abordagem qualitativa.

A pesquisa foi realizada de forma bibliográfica, pois está embasada em artigos e livros que abordam o tema em estudo. Segundo Marconi e Lakatos (2008, p. 12), “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

Foram utilizadas como fontes de pesquisa, o CPC 27 - Ativo Imobilizado e artigos já escritos relacionados ao tema após criação e implantação do CPC 27.

Também, utilizou-se da metodologia de uma pesquisa documental que, para Godoy (1995, p.24), “busca o exame de materiais de natureza diversa e que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se interpretações novas e/ou complementares”. Os documentos que foram utilizados na

realização deste estudo são as notas explicativas que fazem parte das demonstrações financeiras publicadas pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer), pela Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e pela Azul Linhas Aéreas S.A. após a adoção das normas do CPC 27. Diante disso, são abordadas as novas adaptações para ativo imobilizado no ano de 2012, 2013 e 2014.

Ainda, este estudo tem caráter exploratório, que segundo Gil (2002), tem como objetivo a familiaridade com o problema a ser estudado e uma possível interação com o assunto para construção de hipóteses e aprimoramento das ideias. Neste estudo, a pesquisa exploratória evidenciou o novo tratamento de investimentos no ativo imobilizado das empresas aéreas mostrando como ficou a sua contabilização após a implantação do CPC 27 em 2010.

Quanto à abordagem, esta pesquisa é qualitativa, que segundo Richardson (1999, p. 80), “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Para Beuren et al. (2006, p. 92), “diferente da pesquisa qualitativa, a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estáticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.”

Para que os objetivos pudessem ser atendidos, foram elaboradas as seguintes etapas de pesquisa:

a) Processo de seleção do material para embasar o estudo: foram utilizados artigos publicados, referente ao tratamento dos ativos imobilizado nas empresas aéreas, após a criação do CPC 27, para verificar a forma que deverão ser contabilizados para adequação com o CPC 27. O processo de seleção aconteceu a partir dos sites do Google Acadêmico e Scielo. Para selecionar os artigos foram utilizadas palavras chave como CPC 27, ativos imobilizados, empresas aéreas.

b) Leitura dos resumos para a escolha dos artigos que contenham maiores informações sobre o processo de mudança da contabilização dos ativos imobilizados. Após este processo de leitura parcial, foram, efetivamente, selecionados 24 artigos, que foram lidos repetidas vezes para uma maior compreensão do assunto e construção da fundamentação teórica.

c) A outra fase envolveu a coleta de dados para a análise das mudanças ocorridas no ativo imobilizado após a adoção do CPC 27. Para isso, através do site da Embraer ([www.embraer.com.br](http://www.embraer.com.br)), Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ([www.voegol.com.br/ri](http://www.voegol.com.br/ri)), Azul Linhas Aéreas S.A. ([www.voeazul.com.br](http://www.voeazul.com.br)) foram selecionadas as demonstrações contábeis do período de 2012, 2013 e 2014, sendo elas as notas explicativas.

d) Nessa fase do trabalho foi realizado todo o processo de análise das demonstrações financeiras após a criação do CPC 27, bem como o apontamento das mudanças que ocorreram nas demonstrações após a inclusão da nova norma contábil de acordo com o Pronunciamento técnico CPC 27. Nessa etapa da pesquisa é exposto todo o contexto histórico do CPC 27, bem como a Lei que rege essa norma. Ao final dessa fase são apontadas a melhorias que as mudanças nas demonstrações contábeis trouxeram para as empresas aéreas e para seus usuários.

e) Como última etapa desta pesquisa, avaliou-se todos os processos anteriores, para que fosse possível chegar a uma conclusão do trabalho, expondo os pontos positivos e negativos das mudanças que ocorreram nos ativos imobilizados para adequação à norma contábil após a criação do CPC 27.

#### 4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

A partir das pesquisas realizadas em artigos publicados que abrangem o objetivo da pesquisa pode-se analisar sobre as informações contábeis padronizadas mundialmente que:

Quadro 1 – Opinião Diversa de Autores

Autores	Opinião
Carraro e Wohlgemuth (2014)	“a importância da internacionalização das normas contábeis é que valoriza a empresa e deixa mais clara a análise das demonstrações. Para o auditor, a internacionalização das normas contábeis levará à segurança das informações, divulgando-as sem medo de emitir uma conclusão equivocada”.
Rangel; Dalmácio; Santos; Teixeira (2007)	O estudo nos trás o “quão importante é a padronização destas regras na contabilidade, pois, partindo-se destas é que se obtêm informações relevantes para o mercado, visto que, a principal função da contabilidade é prover os usuários de informações úteis para tomada de decisões”.
Andreatta; Casagrande (2013)	“é fundamental para as empresas a atualização perante as legislações e normas vigentes, para que as instituições que disputam esse mercado tão competitivo não sejam eliminadas. Assim, a atualização das normas contábeis praticadas nas organizações deve ser uma obrigação, já que é através delas que as empresas são apresentadas aos usuários”.
Dornelles (2011)	No estudo de caso realizado pelo autor, pode-se concluir que, “é de fundamental importância que o profissional contábil tenha a capacidade

	de reconhecer os conceitos relacionados à ativo imobilizado, os custos incorridos para sua aquisição, a correta mensuração de sua vida útil e, por consequência a sua depreciação. Todos os elementos que figuram nas orientações trazidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 27”.
Reis; Nogueira (2012)	“As empresas que fizeram a adoção inicial dos pronunciamentos do CPC apresentaram <i>scores</i> maiores na evidenciação dos ativos imobilizados e depreciação, ou seja, transmitindo mais informações aos usuários sobre estes itens”.
Santoro; Amorim (2014)	“Atualmente, o ativo imobilizado corresponde a uma grande parte dos ativos de uma empresa, consequentemente representando expressivos valores registrados/investidos sendo assim de grande relevância patrimonial. Daí a importância de manter, controlar e apresentá-las de forma correta e transparente”.
FIPECAF (2011)	“o impacto da adoção inicial das normas internacionais foi positivo no que diz respeito às divulgações acerca de ativos imobilizados. Por outro lado, algumas empresas ainda têm de incluir algumas divulgações detalhadas”.
Silva; Madeira; Assis (2004)	A pesquisa citada traz alguns pontos negativos, que o autor julga falhos na harmonização. “O caráter econômico dos projetos e políticas condutoras das mudanças no contexto mundial prevalece sobre a questão social e impede que o profissional e a ciência contábil descubram a essência e dimensão de sua contribuição para a sociedade”. “Outro fator preocupante é o descaso institucional com os impactos da integração de mercados na melhoria do perfil do profissional contábil e da própria interação curricular com a contabilidade internacional”.

Fonte: Dados coletados de pesquisa bibliográfica

Diante dos quadros é possível notar que mesmo utilizando de terminologias diferentes, os autores defendem a internacionalização da harmonização contábil. Visto que esse processo veio pra facilitar a compreensão das demonstrações por seus usuários internos e externos em um âmbito mundial.

#### 4.1 EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A – EMBRAER

As informações sobre a empresa EMBRAER foram retiradas de suas notas explicativas publicadas nas demonstrações financeiras pela companhia no ano de 2012.

A Embraer S.A. foi fundada por iniciativa do governo federal no ano de 1969, com o intuito de transformar ciência e tecnologia em engenharia e capacidade. Em 1994 foi privatizada e desde então vive em expansão, atualmente suas aeronaves tem autoria do projeto até a venda, bem como seus sistemas e soluções para os segmentos de aviação comercial, executiva, defesa e segurança. Com suporte e serviços de pós-venda, atende cliente em mais de 100 países e recebeu o título de maior fabricante de aeronaves comerciais de até 120 assentos no mundo, sendo uma das maiores exportadoras nacionais. Mesmo estando em um mercado competitivo, de conteúdos altamente tecnológicos e caixa intensivo, entregou mais de cinco mil aeronaves.

Os valores da Embraer são compostos de seis princípios organizacionais, sendo estes: Clientes, Pessoas, Inovação, Excelência, Atuação Global e Sustentabilidade - que consolidam a Embraer atualmente e norteiam o seu futuro e continuidade.

Perante as necessidades da Companhia se adequar ao mercado e ao mundo globalizado, o desafio da Embraer é dar sequência a seu processo de crescimento, expansão e aumento de competitividade, através da contínua busca pela excelência empresarial (EMBRAER, 2012).

##### 4.1.1 Ativo Imobilizado Na Companhia EMBRAER

A partir da mudança na contabilidade do ativo imobilizado conforme o CPC 27, na Companhia Embraer, a avaliação iniciou também nos bens pelo *impairment*<sup>4</sup>, que consiste na redução do valor recuperável de um bem ativo, no método de avaliação da depreciação modificou apenas para o programa de *Exchange pool*<sup>5</sup>, não sendo utilizado o método linear.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil ou reconhecidos como um ativo separado, somente

<sup>4</sup>É uma regra segundo a qual a companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível (§ 3 do art. 183 da Lei 6.404/1976).

<sup>5</sup>Programa de substituição à base de troca.



quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros. Dessa forma o valor contábil de itens e peças substituídas é baixado, e demais reparos, se incorridos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício.

Antes da adoção da norma, as melhorias dos bens, eram acrescidas ao valor do imobilizado, e os custos de manutenção levados para o resultado, na Demonstração do Resultado (DR).

A companhia EMBRAER não utiliza o valor residual para seus imobilizados, apenas para as aeronaves do programa *Exchange pool*, pois é pouco comum a baixa de grandes ativos, contendo em suas demonstrações as aeronaves que serão arrendadas a outras companhias, e aquelas utilizadas para ensaios de novos projetos.

Contabiliza-se também no imobilizado da companhia, as ferramentas utilizadas no processo produtivo de uma aeronave, e:

*Pool* de peças reparáveis - compreende peças reparáveis para uso dos clientes que contrataram o Programa *Exchange pool* e atendimento de aeronaves que permanecem em garantia. Estas peças reparáveis são utilizadas para atendimento a clientes, onde eles podem trocar um componente danificado por outro em condições de funcionamento, conforme definido em contrato. Essas peças são depreciadas com base na estimativa de vida de sete a dez anos e um valor residual médio de 35%, que a Companhia acredita ser aproximadamente o tempo de utilização e valor de realização, respectivamente (EMBRAER, 2012, p.24).

As aeronaves presentes no ativo imobilizado da Companhia são principalmente as arrendadas às companhias aéreas e utilizadas para auxiliar nos ensaios de novos projetos. As aeronaves, somente são retiradas do ativo imobilizado da Companhia após o início do arrendamento, transformando-se em receita e o respectivo custo de venda reconhecido na data da transação do arrendamento.

O reconhecimento de receita de aluguel de aeronaves arrendadas, é realizado pela empresa mediante contrato de arrendamento, de acordo com seu prazo, no qual a receita é registrada como vendas líquidas respeitando o segmento operacional (EMBRAER, 2012).

#### 4.1.2 Adoção IFRS e CPC 27 na Companhia EMBRAER

A companhia informou em seu site a adoção das normas contábeis internacionais como segue:

A Companhia divulgou, em 31 de dezembro de 2010, as primeiras demonstrações financeiras anuais que contemplam os IFRS, emitidos pelo IASB. A Companhia definiu 1º de janeiro de 2009 como a data de transição para IFRS. A Companhia esteve em total conformidade com os requerimentos do IAS 16/CPC 27 – "ativo imobilizado" na data de transição. A Companhia optou por reconhecer os ajustes de conversão acumulados de anos anteriores na data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto esta isenção não é aplicável.

Para um melhor entendimento do investidor, desde 2011 a Companhia vem apresentando dois exercícios de comparação para a posição financeira (balanço patrimonial) e três para cada uma das demais demonstrações e suas respectivas notas explicativas.

#### 4.2 GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

As informações sobre a empresa Gol foram retiradas de suas notas explicativas publicadas nas demonstrações financeiras pela companhia nos anos de 2012, 2013 e 2014.

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. foi constituída em forma de sociedade por ações no ano de 2004. A companhia é controlada diretamente a VRG Linhas Aéreas S.A. (VRG), explorando essencialmente o serviço de tráfego aéreo, tanto na parte de pessoas como a de cargas. Ela tem controle também da empresa Smiles S.A., explorando principalmente o desenvolvimento e gerenciamento de programa de fidelização de clientes, próprio ou de terceiros.

A companhia elabora suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo aos pronunciamentos emitidos pelo CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras individuais não estão em conformidade com as IFRS, apresentando-as lado a lado, por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos exercícios das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (GOL, 2013/2012).

##### 4.2.1 Ativo Imobilizado Na Companhia Gol

Os bens componentes do ativo imobilizado, incluindo os elementos *rotables*<sup>6</sup>, são registrados pelo custo de aquisição ou construção e incluem juros e demais encargos financeiros. Os itens que possuem um custo significativo perante o valor total do bem são depreciados separadamente.

<sup>6</sup>Componente ou item de estoque que pode ser reparável e economicamente restaurado a uma condição totalmente utilizável.

As aeronaves e motores adquiridos, assim como suas peças sobressalentes são depreciados em linha, juntamente com uma frota na qual são relacionadas. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro quando não houver opção de compra ao término do arrendamento, são depreciados pela vida útil estimada ou pelo prazo contratual, dos dois o menor.

A Companhia segue o CPC 27 e o IAS 16 – Imobilizado. Estabelecendo que os gastos com grandes manutenções devem ser capitalizados somente quando houver prolongamento da vida útil estimada. Os gastos diretos referem-se aos custos de manutenção de outros componentes da aeronave. A Gol avalia os seus bens de Ativo Imobilizado aplicados ao teste de recuperabilidade, quando fatos indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado.

Quando um item do ativo já não traz mais benefícios econômicos futuros para a empresa, ou está alienado, este bem será baixado. Os possíveis ganhos ou perdas nessa baixa, ou venda são determinados entre o valor de venda e o valor contábil do ativo, e serão reconhecidos no resultado.

A Companhia considera a extensão contratual dos arrendamentos operacionais para reconfigurar os custos adicionais inerentes às devoluções (GOL, 2014).

#### 4.2.2 Adoção IFRS e CPC 27 Na Companhia Gol

A companhia Gol também emitiu uma nota em seu próprio site para a adoção das novas normas:

Até o ano de 2007 as demonstrações financeiras da companhia eram elaboradas conforme as normas da CVM e da IBRACON. A partir da obrigatoriedade das IFRS, a GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A., republica suas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais de 2007 e 2008 em IFRS, e ao exercício social de 2008 em BRGAAP (Lei 11.638). Durante o processo de conclusão da elaboração do 20-F 2008, relatório anual que detalha as atividades operacionais e financeiras da Companhia, conforme determina regulamentação da SEC (Comissão de Valores Mobiliários Norte Americana), os executivos da GOL identificaram a necessidade de realizar ajustes nas demonstrações financeiras em IFRS e em Legislação Societária Brasileira (considerando a adoção da Lei 11.348/07 e MP 449/08), ambas publicadas em 2009, no Brasil e nos Estados Unidos.

#### 4.3 AZUL LINHAS AÉREAS S.A.

As informações sobre a empresa Azul foram retiradas de notas explicativas publicadas nas suas demonstrações financeiras pela companhia no ano de 2014.

Em 2008 foi fundada a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A, iniciando suas operações dentro de um ano. Seu objeto social constituiu-se de:

Exploração de serviços de transporte aéreo regular de passageiro e/ou cargas e as atividades complementares de transporte aéreo por frete de passageiros, cargas e/ou mala postal, de táxi aéreo, de manutenção e reparos em aeronaves, motores, partes componentes e peças, serviços de hangaragem, atendimento de rampa, limpeza de aeronaves e estabelecimento de material de comissária de bordo (Azul, 2014, p.10).

Na companhia, as demonstrações financeiras da controladora também estão de acordo com as práticas contábeis brasileiras, em conformidade com o CVM e CPC. Já as demonstrações financeiras consolidadas, além de obedecerem às práticas contábeis adotadas no Brasil, seguem a obrigatoriedade das IFRS. As normas e interpretações adotadas pela Companhia e suas controladas são as emitidas pelo CPC, pelo IAS e órgãos reguladores, os quais estavam em vigor em 31/12/2014. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para avaliação de determinados instrumentos financeiros, que são mensurados pelo valor justo (AZUL, 2014).

##### 4.3.1 Ativo Imobilizado Na Companhia Azul

Estão registrados no ativo imobilizado, bens pelo seu custo de aquisição ou construção, incluindo os valores de juros e encargos financeiros. Os pré-pagamentos das aeronaves em fase de fabricação também são registrados no ativo imobilizado, englobam-se aos juros e encargos financeiros incorridos durante essa fase e benfeitorias em bens de terceiros.

A Companhia e suas controladas adquirem créditos de fabricantes na aquisição de certas aeronaves e motores, que poderão ser utilizados para pagamento de serviços de manutenção. Tais créditos são registrados como redução do custo de aquisição de aeronaves e motores relacionados. No caso do arrendamento operacional, “esses créditos são diferidos e reduzem despesas desse arrendamento, de forma linear, durante o período dos contratos relacionados”.

O teste de *impairment* é aplicado as aeronaves, quando houver indicadores para sua realização. Os custos dessas aeronaves são registrados pelo seu custo de aquisição. O custo histórico de aquisição é aplicado aos componentes rotáveis de uma aeronave e sua manutenção de reparáveis, com vida útil estimada superior a um ano. No encerramento

de cada exercício são revisados os métodos de depreciação, o valor residual e a vida útil, sendo estes ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

Casco, motores e manutenção pesada compõem os três itens principais da aeronave consideráveis para a Companhia. Ao componente são inclusos a parcela total do custo de manutenção de motores de cada aeronave no ato de sua aquisição, sendo depreciado ao longo de sua vida útil até a próxima manutenção pesada programada ou vida útil remanescente dos motores, dos dois, o menor.

A companhia possui contratos de manutenção de motores que suportam toda a atividade significativa de sua manutenção. Possui também contratos exclusivos do tipo *power-by-the-hour*<sup>7</sup>, no qual são determinados os valores que são devidos aos prestadores de manutenção com base nas horas voadas.

Reparos e demais manutenções de rotina são apropriados ao resultado do período em que foram incorridos. Serão registrados como valor contábil no ativo os gastos com manutenção pesada quando for possível provar que os benefícios econômicos futuros ultrapassaram o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente.

Quando for identificado que um item do ativo imobilizado não trará mais benefícios econômicos para a Companhia, ou quando este item for alienado é realizada a sua baixa. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo é reconhecido no resultado (AZUL, 2014).

#### 4.3.2 Adoção IFRS e CPC 27 Na Companhia Azul

A Companhia deu início às suas atividades após a implantação das IFRS no Brasil e os Pronunciamentos do CPC, entrando diretamente em conformidade para a emissão de suas demonstrações financeiras.

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo da implantação das IFRS e do CPC nas companhias aéreas, pode-se concluir que, o processo de harmonização veio em prol do crescimento das companhias, significando uma melhora no seu desempenho.

As normas trazem um padrão aceito no mundo todo, de forma a facilitar a compreensão pelos seus usuários, e aumentar ainda mais a capacidade de uma empresa fazer parte do mercado internacional apresentando o tratamento das suas demonstrações contábeis de acordo com as IFRS, possibilitando uma comparação mais detalhada e precisa.

As empresas que adotaram primeiramente as normas puderam proporcionar aos usuários de suas demonstrações, melhores informações relacionadas aos seus investimentos em ativo imobilizado, saindo na frente da concorrência, deixando suas informações mais confiáveis.

As companhias aéreas estudadas já estão em conformidade com as IFRS para apresentação das demonstrações da controladora e consolidada com as normas brasileiras aprovadas pelos órgãos reguladores (CFC, CVM) levando suas demonstrações a um nível de compreensão internacional. Isso proporciona a elas um maior campo para crescimento mundial, fazendo com que expandam cada vez mais suas atividades. Algumas adotaram a partir de 2008 e outras a partir de 2010, quando se tornou obrigatória no Brasil pelas empresas de capital aberto. As demonstrações financeiras individuais da Companhia Gol ainda permanecem como antes, pois são apresentadas lado a lado com as consolidadas.

O tratamento dos ativos imobilizados conforme o CPC 27 tem como objetivo trazer benefícios para as empresas, como o novo formato de recuperabilidade pelo *impairment*, a empresa deixa de ter grandes perdas e tem um valor mais próximo do mercado, para possíveis baixas do bem. Também melhorou sua interpretação das demonstrações financeiras, pois proporcionou um padrão para sua contabilidade.

Nota-se a importância dos profissionais contábeis acompanharem as atualizações nas normas contábeis e a padronização das mesmas, para que se mantenham a par das IFRS e dos pronunciamentos do CPC, elaborando as demonstrações contábeis em conformidade.

Na pesquisa realizada com as empresas aéreas, foi possível notar a diferença da classificação do ativo imobilizado pelas companhias. Na Embraer, por se tratar de uma empresa que fabrica e presta serviço de reparos das aeronaves, são alocados no ativo imobilizado os aviões que serão destinados às outras empresas aéreas, como bens com caráter de arrendamento, e só serão retirados do imobilizado quando se der o início do arrendamento pela empresa arrendatária, que se torna uma receita. Já nas companhias Gol e Azul, por serem as interessadas em adquirirem essas aeronaves, ou seja, as arrendatárias, esses bens são alocados no ativo imobilizado como bens de uso próprio da empresa, que trarão benefícios futuros, e são reconhecidos e depreciados de acordo com a norma contábil que rege o tratamento dos ativos imobilizados.

<sup>7</sup>Tipo de contrato no qual o fornecedor tem a obrigação de fornecer o material/serviço e juntamente com este apresentar, em períodos de tempo ou quilometragem pré-determinados ou quando solicitado pelo contratante, manutenções e assistências técnicas. Tal manutenção pode incluir, ou não, a troca de peças usadas por peças novas e reparos, desde que, previamente, haja a inclusão de tais necessidades no escopo da contratação (FAJARDO, 2009).

As Companhias devem estar sempre acompanhando as mudanças que ocorrem nas normas contábeis, para assim melhorarem seu desempenho diante ao mercado. Com a adequação com o CPC 27 viu-se a melhoria da forma de contabilizar o ativo imobilizado, tanto como seu reconhecimento, mensuração e depreciação. Houve também um grande avanço para a interpretação adequada das demonstrações financeiras para os usuários internos e externos a partir da padronização, facilitando o crescimento internacional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **Auditoria:** Um curso moderno e completo. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ALLEGRAVE, G. S. **Processo de harmonização contábil internacional e a lei n. 11.638/07.** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Departamento de Direito: Porto Alegre, 2009 (Trabalho de conclusão de curso).

ANDREATTA, A. P. **Aplicação do CPC 27 no imobilizado em empresa do ramo transporte.** XVIII Curso de Especialização em Gestão Contábil e Financeira: Pato Branco, 2013.

ASSOCIAÇÃO Brasileira Das Empresas de *Leasing* – ABEL. **Leasing.** Disponível em:  
<[http://leasingabel.com.br/site/Adm/userfiles/leasing\\_site.pdf](http://leasingabel.com.br/site/Adm/userfiles/leasing_site.pdf)> Acesso em nov.2015.

AZUL Linhas Aéreas S.A. **Demonstrações Financeiras.** Disponível em:  
<<http://www.voeazul.com.br/downloads/alab2014.pdf>> Acesso em out.2015.

BARBOSA, G. C., Barros, F. O., NIYAMA, J. K., Souza, L. M. **Impacto da contabilização do leasing operacional no balanço patrimonial:** o caso das Cias. aéreas brasileiras TAM e GOL. UEM – Paraná v. 30 n. 1 p. 21-34. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/viewFile/13178/7624>> Acesso em set.2015.

BEUREN, I. M.; LONGARAY, A. A.; RAUPP, F. M.; SOUSA, M. A. B. De; COLAUTO, R. D.; PORTON, R. A. B. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade** – teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CARRARO, F.; WOHLGEMUTH, J. M.. **Adaptação do Imobilizado referentes às novas normas internacionais – CPC 27:** Estudo de caso de uma empresa do setor industrial da região do vale dos sinos. Departamento de ciências contábeis Faculdade Integradas de Taquara: Taquara - RS, 2014 (ARTIGO CONCLUSÃO DE CURSO).

CARVALHO, L. N.; LEMES, S.; COSTA, F. M. de. **Contabilidade Internacional:** Aplicação das IFRS 2005. 1 ed. 3 reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

CONSELHO Regional de Contabilidade. Demonstrações Contábeis Obrigatórias. **Informativo de Fiscalização nº 02/2013.** Disponível em:  
<[http://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/mailling/html/2013\\_06\\_17\\_informativoFiscalizacao.html](http://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/mailling/html/2013_06_17_informativoFiscalizacao.html)> Acesso em ago.2015.

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis. **Conheça o CPC.** Disponível em:  
<<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>> Acesso em mai.2015.

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 27. **Ativo Imobilizado.** Disponível em:  
<<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=58>> Acesso em mar.2015.

**CONTABILIDADE para pequenas e médias empresas:** de acordo com as normas internacionais (IFRS) e do CPC. Disponível em: <[http://www.crcpr.org.br/new/content/download/eventos/2486/IFRS\\_EPC\\_2012.pdf](http://www.crcpr.org.br/new/content/download/eventos/2486/IFRS_EPC_2012.pdf)> Acesso em mai.2015.

CONSELHO Federal de Contabilidade, **Resoluções e Ementas do CFC:** Resolução Conselho Federal De Contabilidade - CFC Nº 1.159 DE 04.03.2009. Disponível em:  
<[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2009/001159](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001159)> Acesso em ago.2015.

**DEMONSTRAÇÕES Contábeis Obrigatórias.** Informativo de Fiscalização nº02/2013. Conselho Regional de Contabilidade. Disponível em:

<[http://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/mailling/html/2013\\_06\\_17\\_informativoFiscalizacao.html](http://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/mailling/html/2013_06_17_informativoFiscalizacao.html)> Acesso em out.2015.

DORNELLES, D. Dos S., **CPC 27: os reflexos do novo tratamento contábil dos investimentos em ativo imobilizado**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de ciências contábeis e atuariais: Porto Alegre, 2011 (MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO).

EMBRAER. **Demonstrações Financeiras**. Disponível em:

<[http://www.anefac.com.br/Uploads/Arquivos/DFS/Dfs\\_2013/Acima\\_de\\_5\\_bilhoes/Embraer/04.pdf](http://www.anefac.com.br/Uploads/Arquivos/DFS/Dfs_2013/Acima_de_5_bilhoes/Embraer/04.pdf)> Acesso em mar.2015.

FAJARDO, Jeisom de Melo. **Pool de Serviços e os Contratos Tipo Power By the Hour**. Disponível em:

<<http://www.classecontabil.com.br/artigos/pool-de-servicos-e-os-contratos-tipo-power-by-the-hour>> Acesso em nov.2015.

FIPECAF. Cultura Contábil, Atuarial e Financeira. Ernst & Yong Terco – *Quality In Everything We Do*, 2011.

Disponível em: <[http://mrm.comunique-se.com.br/arq/121/arq\\_121\\_219638.pdf](http://mrm.comunique-se.com.br/arq/121/arq_121_219638.pdf)> Acesso em set.2015.

FUNDAÇÃO IFRS - **Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB)**. Disponível em:

<[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:N1AQ3Q1JXsIJ:www.ifrs.org/The-organisation/Documents/WhoWeAre\\_Portuguese\\_JAN\\_2014.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:N1AQ3Q1JXsIJ:www.ifrs.org/The-organisation/Documents/WhoWeAre_Portuguese_JAN_2014.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em set.2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A. **Demonstrações Financeiras**. Disponível em:

<[http://ri.voegol.com.br/download\\_arquivos.asp?id\\_arquivo=BAE1B4BB-2E6B-413B-A0AF-4FCE22D53584](http://ri.voegol.com.br/download_arquivos.asp?id_arquivo=BAE1B4BB-2E6B-413B-A0AF-4FCE22D53584)> Acesso em out.2015.

**HARMONIZAÇÃO das Normas Internacionais de Contabilidade: Impactos no Processo de Adoção e os Reflexos na Contabilidade Brasileira**. X Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade, Desafios e Tendências da Normatização Contábil: São Paulo-SP, 2013

IAS 16: *Property, Plant and Equipment*. **Diagnóstico da Convergência às Normas Internacionais**. Disponível em:

<[https://www.bcb.gov.br/nor/convergencia/IAS\\_16\\_Ativo\\_Permanente\\_Imobilizado.pdf](https://www.bcb.gov.br/nor/convergencia/IAS_16_Ativo_Permanente_Imobilizado.pdf)> Acesso em jun.2015.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopeia de sua evolução.

**Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, n. 38, p. 7, 2005

MARCONI, M.A, LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas; 2008.

MARQUES, S.; ANDRÉ, S.; ZENDERSKY, H., **O processo de convergência com os padrões internacionais de divulgação financeira (IFRS)** in: Programa de educação financeira Banco Central do Brasil, 2009. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/Pre/bcUniversidade/Palestras/Processo%20de%20Converg%EAncia.pdf>> Acesso em mai.2015.

JOSÉ NETO, A. F.; HUPPES, C. M., **CPC 27 – Ativo Imobilizado: um estudo de sua aplicação nas empresas do setor industrial listadas no Novo Mercado no ano de 2010**. Congresso Internacional de Administração. Gestão Estratégica: Empreendedorismo e Sustentabilidade. Faculdade Arapoti, Ponta Grossa, 2012.

PEREIRA, E.S.; ARAÚJO, A. F. de. Gestão eficiente do ativo imobilizado e seus reflexos dentro de uma organização.

**Revista Científica Eletrônica De Ciências Contábeis**, v. 4 (08) Out. 2006 ISSN: 1679-3870.

PEREIRA, P. A., **Implantação de controle ativo imobilizado**: Adequação às novas leis contábeis. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais Curso de Ciências Contábeis: Belo Horizonte, 2012, (TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO).

PRONUNCIAMENTO Técnico CPC 00 - **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-financeiro**. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/06/cpc\\_pronunciamentos\\_2012\\_web.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/06/cpc_pronunciamentos_2012_web.pdf)> Acesso em ago.2015.

RANGEL L. L.; DALMÁCIO, F. Z.; SANTOS, N. S. Dos; TEIXEIRA, A. J. C. **A Influência da Reavaliação de Ativos e Diferimento de Despesas no Market to Book**, (Artigo).

REIS, L. G.; NOGUEIRA, D. R., Disclosure do Ativo Imobilizado: Análise das práticas pelas empresas do Novo Mercado considerando o CPC 27. **Revista de Estudo Contábeis**, Londrina, V. 3, N. 4, P. 54-67, Jan/Jun. 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTORO, T. B.; AMORIM, L. S. De., **Estudo de caso comparativo entre o que as empresas divulgam nos demonstrativos financeiros e o que o CPC 27 – Ativo Imobilizado define como obrigatório para divulgação**. Sociedade Educacional De Santa Catarina, Departamento de ciências contábeis: Florianópolis, 2014, (Trabalho de conclusão de curso).

SANTOS, C. **Depreciação de Bens do Ativo Imobilizado**. São Paulo: IOB THOMSON, 2005.

SANTANA, A. S. **CPC 27 – Ativo Imobilizado**. Universidade Corporativa da Fenacon (Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas) – UNIFENACON, 2011. Disponível em: <<http://www.sescapce.org.br/web/i/arquivos/1314198121.pdf>> Acesso em out.2015.

SILVA, C. B. A. da; MADEIRA, G. J.; ASSIS, J. L. F.; Harmonização de Normas Contábeis: um estudo sobre as divergências entre Normas Contábeis Internacionais e seus reflexos na Contabilidade Brasileira. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Minas Gerais, a. 01, v. 01, n. 01, P. 115-139. Jan./Jun. 2004.

SILVA, G. D. Da. **Novas normas contábeis (IFRS) exigem ainda mais profissionalismo**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/ifrs-profissionalismo.htm>> Acesso em ago.2015.

SOUZA, A. A. S.; COUTINHO FILHO, F. B., **Harmonização internacional**: um estudo sobre as dificuldades de convergência das normas contábeis brasileiras em relação às normas internacionais de contabilidade (IFRS), Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, 2013, (Trabalho de conclusão de curso).

SOUZA, V. M. De, **O impacto da aplicação da CPC 27 nos índices de uma empresa de transporte**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Departamento de ciências contábeis: Pato Branco, 2014, (Trabalho de conclusão de curso).

TESOURO Nacional. **Adoção inicial e Mensuração após o reconhecimento de ativo imobilizado e intangível**. Coordenação Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação STN/CCONF. Disponível em: <[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade\\_governamental/download/Adocao\\_Inicial\\_%20Mensuracao\\_apos\\_Reconhecimento\\_Imobilizado\\_Intangivel.pdf](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/download/Adocao_Inicial_%20Mensuracao_apos_Reconhecimento_Imobilizado_Intangivel.pdf)> Acesso em set.2015.

ZANLUCA, J. C., **Demonstrações Contábeis ou Financeiras**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/demonstracoescontabeis.htm>> Acesso em nov.2015.